

Prefeitura Municipal de Buritis

SUBEMPENHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Exercício

2021

Ficha

00429

Fonte

100

Sub-Empenho / Tipo

001/01693 / Global

licitação

Processo de Compra

Nº: 53

EM: 15 / 03 / 2021

Vencimento:

Modalidade.....: Inexigibilidade

Número: 7

Data: 15 / 03 / 2021

Convênio.....:

Centro de Custo.....: 00579 - MIROSC - A C E

NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, DETERMINA-SE QUE SEJA EMPENHADA, NESTE EXERCÍCIO, A DESPESA A SEGUIR ESPECIFICADA:

Órgão.....: 02 Poder Executivo
Unidade.....: 07 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Subunidade.....: 01 Secretaria Da Agricultura
Função.....: 04 Administração
Subfunção.....: 122 Administração Geral
Programa.....: 0003 Apoio a Administração Pública
Projeto/Atividade.....: 2.249 Subvenções e Contribuições a Entidades
Natureza.....: 3.3.50.41.00 Contribuições

Favorecido.....: 001811 - Associação Comercial e Empresarial de Buritis
Endereço.....: Avenida Bandeirantes, 357, 38.660-000
Cidade.....: Buritis - MG
Conta Bancária.....: Banco : 0756 Agência : 3179 Conta : 6359-2

Telefone: (38) 3662-1494

GNPJ / CPF

20.213.286/0001-09

Especificação da Despesa

Pela despesa empenhada referente ao repasse Para Prestação de Serviços de Transportes de Animais e Ossos Bovinos e Suínos Junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis, conforme Termo de Fomento nº53/2021, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Valor.....: R\$ 28.125,00 (Vinte e Oito Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais)

Data: 16 / 03 / 2021

Ordenador da Despesa:
Antonino Rodrigues de Souza Júnior

Descontos:

Saldo Anterior.....: 56.250,00

Despesa Empenhada.....: 28.125,00

Saldo Disponível.....: 28.125,00

Despesa Bruta.: 28.125,00 Descontos.: 0,00

Data: 16 / 03 / 2021

Contador(a): Gilvane Dias de Oliveira

CRC 73.708

LIQUIDACAO

O MATERIAL OU SERVIÇO FOI ENTREGUE CONFORME SOLICITADO.

30 / 03 / 2021

FACE A LIQUIDACAO PROCESSADA DETERMINO O SEU PAGAMENTO.

EXAMINAMOS O PERCURSO DA DESPESA, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE DISCIPLINAM O SEU PROCESSAMENTO.

Adalton Rodrigues Militão
Secretario M. de Agric. e M. Ambiente

Antonino Rodrigues de Souza Júnior
Secretario M. de Adm. e Planejamento

Maria de Lurdes Barrozo Santiago Silva
Controlador e Ouvidor Geral

Recebi o valor acima descrito referente a despesa com materiais e / ou serviços acima especificado, para a qual dou quitação, para um só efeito.

Documento: (Tipo / Número)

Data: 01, 04, 2021

Nome

Assinatura

Banco.....:

Cheque.....:

Conta.....:

Recursos.....:

Buritis
DLC
20.812-4
Buritis-JCS

DADOS DA ENTIDADE / ORGÃO

Endereço: Avenida Bandeirantes, 723 - Centro
Buritis, Minas Gerais, Brasil- C.E.P : 38660-000
C.N.P.J.: 18.125.146/0001-29
Telefone: (38)3662-1299 Fax: (38)

Processo de Compra 000053/2021	Modalidade de Licitação Inexigibilidade	Numero da Licitação 000007/2021	Data da Licitação 15/03/2021	Contrato 0000000073 /2021	Tipo
-----------------------------------	--	------------------------------------	---------------------------------	------------------------------	------

Ficha Orçamentária ..: 00429 (Fonte: 100)
Projeto Atividade: 2249 - Subvenções e Contribuições a Entidades
Natureza: 3.3.5.0.41.00 - Contribuições

Condição de Pagamento: Mensal
Prazo de Entrega: Durante a Vigência do Contrato
Garantia
Assistência Técnica

Fornecedor: 001811 - Associação Comercial e Empresarial de Buritis
Endereço: Avenida Bandeirantes, 357 - Centro
Buritis, Minas Gerais, Brasil - C.E.P : 38.660-000
CNPJ: 20.213.286/0001-09 Inscrição Estadual
Telefone: (38) 36621494 Fax
Email
Conta p/ Pagamento.....: AG 3179C/C 6359-2 Banco: 756 - Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB

Histórico / Observação: Repasse Para Prestação de Serviços de Transportes de Animais e Ossos Bovinos e Suínos Junto a
Associação Comercial e Empresarial de Buritis, conforme Termo de Fomento nº53/2021, junto a
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0001	Repasse Para Prestação de Serviços de Transportes de Animais e Ossos Bovinos e Suínos Junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis.	Unidade	1,0000	56.250,0000	56.250,0000

DADOS DA ENTIDADE / ORGÃO

Endereço: Avenida Bandeirantes, 723 - Centro
Buritis, Minas Gerais, Brasil- C.E.P : 38660-000
C.N.P.J.: 18.125.146/0001-29
Telefone: (38)3662-1299 Fax: (38)

Processo de Compra	Modalidade de Licitação	Numero da Licitação	Data da Licitação	Contrato	Tipo
000053/2021	Inexigibilidade	000007/2021	15/03/2021	0000000073 /2021	

TOTAL 56.250,00

Valor: R\$ 56.250,00 (Cinquenta e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

SETOR CONTÁBIL Departamento de Contabilidade

OBSERVAÇÃO : Favor informar nas notas fiscais o número desta ordem de compra e o número da ordem de fornecimento.

Buritis-MG, 16 de Março de 2021


Vânia Ferreira da Costa
Chefe Dep. Compras e Licitações
Departamento de Compras e Licitações



Prefeitura Municipal de Buritis
Estado de Minas Gerais
TERMO DE FOMENTO Nº: 000073 / 2021

05.970/21

PROCESSO Nº: 00053 / 2021 - MODALIDADE: **Inexigibilidade Nº 000007 / 2021**

Pelo presente instrumento particular parceria, mediante fomento, que celebram de um lado o Município de Buritis-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 18.125.146/0001-29 sediada na Avenida Bandeirantes, nº 723 - CEP-38.660-00, Bairro Centro esta cidade, neste ato representada pelo Prefeito em exercício o Sr. Keny Soares Rodrigues, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº 385.174.691-00 portador da Cédula de Identidade - RG, nº 1.037.630 SSP/DF, neste ato denominado simplesmente 1º PARCEIRO, e a Associação Comercial e Empresarial de Buritis, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 20.213.286/0001-09 Avenida Bandeirantes, nº 357, Centro, Buritis - MG, representada por sua Presidente, a senhora **Nayana Machado Lino**, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF sob o nº 052.009.656-83, residente e domiciliado nesta cidade de Buritis-MG, sito a Rua Brasília, nº 215, bairro Centro, doravante denominada simplesmente 2º PARCEIRO, firmam o presente CONVÊNIO que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente termo consiste em fomento para prestação de serviços de coleta, transporte, destinação final de ossos bovinos e suínos e serviços de transporte de animais para abate no frigorífico no Município de Unaí-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1º PARCEIRO

a) cumprir e fazer cumprir as obrigações ora pactuadas por si ou por seus prepostos e/ou voluntários, respondendo solidariamente por qualquer descumprimento das obrigações constantes do Termo de colaboração, constatado durante vigência do mesmo, sendo que primordialmente compete, repassar recursos financeiros a guisa de apoio aos serviços de coleta, transporte de animais para abate no frigorífico no Município de Unaí-MG.

2º PARCEIRO

- a) aplicar os recursos recebidos na conformidade do Plano de Trabalho;
- b) assegurar-se da exatidão e veracidade das informações e dados apresentados ao 1º Parceiro;
- c) prestar contas da aplicação dos recursos no prazo de até 15 (quinze) dias após a aplicação, nos termos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES ENVOLVIDOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) O 1º Parceiro repassará a título de contribuição/subvenção o importe de **R\$ 28.125,00 (vinte e oito mil, cento e vinte e cinco reais) por mês**, pelo prazo de 60 dias, totalizando o valor global de **R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais)**, conforme o Plano de Trabalho.

b) As despesas correrão à conta de dotações orçamentárias específicas, a saber:
02.07.01.04.122.0003.2249-3.3.50.4100. Ficha 429 Fonte 100.



**Prefeitura Municipal de Buritis
Estado de Minas Gerais**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este termo terá sua vigência a contar de **15 de Março de 2021 a 15 de Maio de 2021**.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Presente outras hipóteses específicas de rescisão e suas consequências, o presente acordo também poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer época, independentemente de quaisquer outras formalidades, desde que a outra parte seja notificada por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, na hipótese de inadimplência ou infração de alguma das partes de qualquer das cláusulas deste acordo. Em caso de notificação para sanar mora ou infração, haverá prazo mínimo de 15 (quinze) dias para as providências sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA – DA MODIFICAÇÃO

Este convênio poderá ser modificado através de termo aditivo ou simples apostila, de comum acordo entre os parceiros, desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional, em função deste Convênio, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do 1º Parceiro.

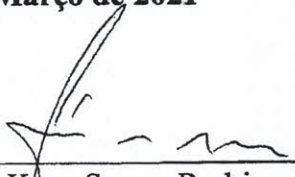
Parágrafo Único- Fica vedado às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste termo de parceria, nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Buritis-MG para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste instrumento.

Para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se este instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também subscrevem.

Buritis - MG, 15 de Março de 2021



Keny Soares Rodrigues
Prefeito Municipal
Contratante



Associação Comercial e Empresarial de Buritis



MROSC

Parecer técnico nº 03/2021

OBJETO: Subvenção para prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí – MG e recolhimento de ossos bovinos dos açougues e supermercados de Buritis – MG.

PARECER TÉCNICO

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade **Associação Comercial e Empresarial de Buritis - MG**.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil.

Considerando a necessidade do município de Buritis-MG em promover e articular ações de defesa de direitos e realizar a prestação de serviços com a intenção de promover e articular ações que prestam apoio e defesa dos direitos e interesses dos comerciantes de Buritis – MG afim de resultarem melhorias para o comércio local.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.



Comissão de Seleção Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que somente a entidade **Associação Comercial e Empresarial de Buritis - MG** realizar a prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí - MG e recolhimento de ossos bovinos dos açougues e supermercados deste município.

Considerando que, nestes casos a Lei n. 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Esta Comissão de Seleção MROSC, representada por seus membros nomeados na portaria nº. 1.078 de 12 de fevereiro de 2021, passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a referida entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

[Handwritten signatures and initials]



Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.

Neste ínterim, tendo em vista que, após detida análise, observamos que apenas uma entidade localizada no município de Buritis-MG é capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 do mesmo diploma, que dita:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao cumprimento de finalidade ínsita a saúde pública, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.



Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia



Proclamation of the Republic of Armenia
Ministry of Education and Science
The Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
proclaims the following:

Whereas the Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
has the honor to announce that the Ministry of Education and Science
of the Republic of Armenia has decided to open a competition for
the purpose of selecting the best candidates for the purpose of
operating the Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
in the following manner:

1. The Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
has decided to open a competition for the purpose of selecting the
best candidates for the purpose of operating the Ministry of Education
and Science of the Republic of Armenia in the following manner:

2. The Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
has decided to open a competition for the purpose of selecting the
best candidates for the purpose of operating the Ministry of Education
and Science of the Republic of Armenia in the following manner:

3. The Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
has decided to open a competition for the purpose of selecting the
best candidates for the purpose of operating the Ministry of Education
and Science of the Republic of Armenia in the following manner:

4. The Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
has decided to open a competition for the purpose of selecting the
best candidates for the purpose of operating the Ministry of Education
and Science of the Republic of Armenia in the following manner:

5. The Ministry of Education and Science of the Republic of Armenia
has decided to open a competition for the purpose of selecting the
best candidates for the purpose of operating the Ministry of Education
and Science of the Republic of Armenia in the following manner:



DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

a) Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

*A proposta apresentada pela entidade, apresenta todos os elementos pertinentes ao termo de fomento e dão clareza na execução de trabalho, podendo por esta comissão ser aprovada.

b) Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

*A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

c) Da viabilidade de sua execução:

*O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

d) Da verificação do cronograma de desembolso:

*O desembolso do recurso será realizado em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 28.125,00 (vinte e oito mil e cento e vinte e cinco reais) fazendo um total de 56.250,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais). Os repasses serão realizados em fevereiro e março de 2021.

e) Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

*A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, através de notas fiscais dos serviços requeridos pela entidade.





DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

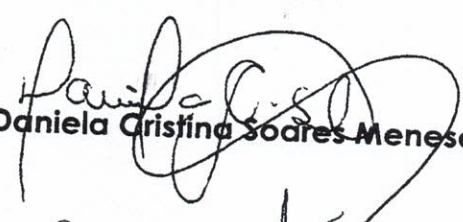
Sendo o que nos reserva o momento, externamos os protestos de estima e consideração.

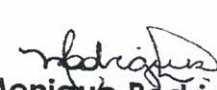
Buritis-MG, 22 de fevereiro de 2021.


Ana Paula Martins de Melo


Antônio Rêly Carneiro Ornelas


Bárbara Janine Ramos e Silva


Daniela Cristina Soares Meneses


Monique Rodrigues Lopes


Pâmela Larissa Batista Melo


Rubenice Faria Mesquita Morato

PLANO DE TRABALHO / ATENDIMENTO

1 - DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE Associação Comercial e Empresarial de Buritis MG			C.N.P.J 20.213.286/0001-09	
ENDEREÇO Avenida Central nº 685 - Centro				
CIDADE Buritis	U.F MG	C.E.P 38660-000	DDD/TELEFONE (38) 3662-1494	EA Municipal
CONTA 63592	BANCO 756	AGÊNCIA 3179	PRAÇA DE PAGAMENTO Buritis - MG	
NOME DO RESPONSÁVEL Nayana Machado Lino				C.P.F 052.009.656-83
IDENTIDADE 12062177	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP MG	CARGO Presidente	TELEFONE (38) 3662-1494	
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL Rua Brasília nº 215 - Centro				C.E.P 38660-000

2 - CONCEDENTE

NOME Prefeitura Municipal de Buritis		C.N.P.J 18.125.146/0001-29	EA Municipal
ENDEREÇO Avenida Bandeirantes, 723, Centro			C.E.P 38660-000
NOME DO RESPONSÁVEL Keny Soares Rodrigues			C.P.F 385.174.691.00
IDENTIDADE 1037630	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/DF	CARGO Prefeito Municipal em exercício	TELEFONE (38) 3662-3908
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL Rua Serra Bonita nº Buritis MG			C.E.P 38660-000

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROGRAMA/AÇÃO Convênio de Cooperação	PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: A partir da Publicação Término:
IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS 01: Apoio a prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG. 02: Recolhimento de ossos.	

X yf [assinatura]

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

000008

O projeto tem como finalidade apoio e suporte aos comerciantes no processo de transporte e frete bovino para a cidade de Unaí MG nos dias segunda, quarta e sexta e recolhimento dos ossos na cidade de Buritis MG também nos dias segunda, quarta e sexta.

4 – CRONOGRAMA

META	DESCRIÇÃO POR TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE	DATA	ESTIMATIVA DE CUSTO	
				VALOR UNIT/MENSAL	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG e recolhimento de ossos.	03	Março a Maio	R\$18.750,00	R\$56.250,00

5 - PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL/MENSAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
1	Prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG e recolhimento de ossos.	R\$18.750,00		0,00
TOTAL GERAL		R\$	R\$	0,00

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**6.1 - CONCEDENTE ()**

META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	-	-----	-----	-----	-----	-----

META	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	-----	-----	-----	-----	-----	-----

6.2 - PROPONENTE / CONTRAPARTIDA (R\$ 0,00)

META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	-----	-----	R\$18.750,00	R\$18.750,00	R\$18.750,00	-----

META	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	-----	-----	-----	-----	-----	-----



7 - DECLARAÇÃO

000009

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para os devidos fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Buritis - MG, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos, na forma do Plano de Atendimento (Plano de Trabalho).

PEDE DEFERIMENTO,

Buritis - MG, 05 de Março de 2021.



Proponente: **Nayana Machado Lino**
Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Buritis/MG

8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

Buritis - MG, ____ de ____ de 2021.
Local e Data

Keny Soares Rodrigues
Prefeito Municipal



TERMO DE PARCERIA MEDIANTE FOMENTO Nº ____ / 2021

Pelo presente instrumento particular parceria, mediante fomento, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE BURITIS – MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com cadastro no Ministério da Fazenda inscrita no CNPJ nº 18.125.146/0001-29, com sede na Avenida Bandeirantes nº 723, Centro, Buritis – MG, representada pelo prefeito municipal **KENY SOARES RODRIGUES**, brasileiro, médico, casado, portador do RG 1037630 SSP-DF, inscrito no CPF nº 385.174.691-00, doravante denominado simplesmente 1º parceiro, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE BURITIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 20.213.286/0001-09, com sede na Avenida Central nº 685, Centro, Buritis – MG, neste ato representada por sua presidente Sra. **NAYANA MACHADO LINO**, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF nº 052.009.656-83, residente na Rua Brasília nº 215, Centro, Buritis –MG, doravante denominada 2º Parceira, firmam o presente CONVÊNIO, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo consiste em fomento para prestação de serviços de coleta, transporte, destinação final de ossos bovinos e suínos e serviços de transporte de animais para abate no frigorífico no Município de Unaí – MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**1º PARCEIRO**

- a) Cumprir e fazer cumprir as obrigações ora pactuadas por si ou por seus prepostos e/ou voluntários, respondendo solidariamente por qualquer descumprimento das obrigações constantes do Termo de colaboração, constatado durante vigência do mesmo, sendo que primordialmente compete, repassar recursos financeiros à guisa de apoio aos serviços de coleta, transporte, destinação final de ossos bovinos e suínos e serviços de transporte de animais para abate no frigorífico no Município de Unaí – MG.

2º PARCEIRO

- a) Aplicar os recursos recebidos na conformidade do Plano de Trabalho;
- b) Assegurar-se da exatidão e veracidade das informações e dados apresentados ao 1º parceiro;
- c) Prestar contas da aplicação dos recursos no prazo de até 15 (quinze) dias após a aplicação, nos termos legais;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES ENVOLVIDOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O 1º parceiro repassará a título de contribuição/subvenção o importe de 28.125,00 (vinte e oito mil e cento e vinte e cinco reais) por mês, pelo prazo de

60 dias, conforme plano de trabalho anexo, que faz parte integrante do presente termo de convênio/fomento.

As despesas correrão na conta de dotação orçamentária específica, sendo:

Número conta: 02.07.01.04.122.0003.2249.3.3.50.41.00

Ficha: 429

Fonte: 100

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este termo terá sua vigência a contar de 04/02/2021 à 04/04/2021, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Preservadas outras hipóteses específicas de rescisão e suas consequências, o presente acordo também poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer época, independentemente de quaisquer outras formalidades, desde que a outra parte seja notificada por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, na hipótese de inadimplência ou infração de alguma das partes, de qualquer das cláusulas deste acordo.

Em caso de notificação para sanar mora ou infração, haverá prazo mínimo de 15 (quinze) dias para as providências sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA – DA MODIFICAÇÃO

Este convênio poderá ser modificado através de termo aditivo ou simples apostila, de comum acordo entre os parceiros, desde que não haja mudanças do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional, em função deste Convênio, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do 1º parceiro.

Parágrafo único – Fica vedado as partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste termo de parceria, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES BENEFICIADOS

Os comerciantes que comercializam carnes no município, ficam sujeitos a ter o comércio interdito por 60 dias, quando for autuado pelos órgãos sanitários com carnes sem origem.

CLÁUSULA NOVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Buritis – MG, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste instrumento.



Para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também subscrevem.

Buritis – MG, 4 de fevereiro de 2021.

Município de Buritis – MG

Keny Soares Rodrigues

1º Parceiro



Associação Comercial e Empresarial de Buritis

Nayana Machado Lino

Presidente da Associação

Testemunhas

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

000012

PLANO DE TRABALHO / ATENDIMENTO

1 - DADOS CADASTRAIS

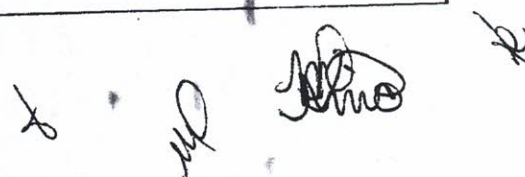
ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE Associação Comercial e Empresarial de Buritis MG			C.N.P.J 20.213.286/0001-09	
ENDEREÇO Avenida Central nº 685 - Centro				
CIDADE Buritis	U.F MG	C.E.P 38660-000	DDD/TELEFONE (38) 3662-1494	EA Municipal
CONTA 63592	BANCO 756	AGÊNCIA 3179	PRAÇA DE PAGAMENTO Buritis - MG	
NOME DO RESPONSÁVEL Nayana Machado Lino			C.P.F 052.009.656-83	
IDENTIDADE 12062177	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP MG	CARGO Presidente	TELEFONE (38) 3662-1494	
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL Rua Brasília nº 215 - Centro			C.E.P 38660-000	

2 - CONCEDENTE

NOME Prefeitura Municipal de Buritis		C.N.P.J 18.125.146/0001-29	EA Municipal
ENDEREÇO Avenida Bandeirantes, 723, Centro			C.E.P 38660-000
NOME DO RESPONSÁVEL Keny Soares Rodrigues			C.P.F 385.174.691.00
IDENTIDADE 1037630	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/DF	CARGO Prefeito Municipal em exercício	TELEFONE (38) 3662-3908
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL Rua Serra Bonita nº Buritis MG			C.E.P 38660-000

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROGRAMA/AÇÃO Convênio de Cooperação	PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: A partir da Publicação Término:
IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS 01: Apoio a prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG. 02: Recolhimento de ossos.	



2. 聖書の神学

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O projeto tem como finalidade apoio e suporte aos comerciantes no processo de transporte e frete bovino para a cidade de Unaí MG nos dias segunda, quarta e sexta e recolhimento dos ossos na cidade de Buritis MG também nos dias segunda, quarta e sexta.

4 – CRONOGRAMA

META	DESCRIÇÃO POR TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE	DATA	ESTIMATIVA DE CUSTO	
				VALOR UNIT/MENSAL	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG e recolhimento de ossos.	02	Fevereiro a Março	R\$28.125,00	R\$56.250,00

5 - PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL/MENSAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
1	Prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG e recolhimento de ossos.	R\$28.125,00		0,00
TOTAL GERAL		R\$	R\$	0,00

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**6.1 - CONCEDENTE ()**

META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	-----	-----	-----	-----	-----	-----

META	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	-----	-----	-----	-----	-----	-----

6.2 - PROPONENTE / CONTRAPARTIDA (R\$ 0,00)

META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	-----	R\$28.125,00	R\$28.125,00	-----	-----	-----

META	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	-----	-----	-----	-----	-----	-----

X

P

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Este relatório tem como finalidade apresentar a situação da produção da empresa, bem como os resultados alcançados no período de análise. Os dados foram coletados através de observação direta e entrevistas com os responsáveis pelas atividades.

CRONOGRAMA

Atividade	Responsável	Período	Status
Planejamento	João Silva	01/01/2023 - 15/01/2023	Concluído
Execução	Maria Costa	16/01/2023 - 31/01/2023	Em andamento
Avaliação	Carlos Mendes	01/02/2023 - 15/02/2023	Pending

ANÁLISE DE RESULTADOS

Indicador	Meta	Realizado	Observações
Produção (unidades)	1000	950	Faltou material
Qualidade (%)	98	99	Excelente
Custo (R\$)	5000	4800	Bom desempenho

CONSIDERAÇÕES GERAIS

CONCLUSÃO

Assinatura	Nome	Data
	João Silva	15/02/2023

Assinatura	Nome	Data
	Maria Costa	16/02/2023

ANEXO I - FOTOGRAFIA DO LOCAL DE TRABALHO

Assinatura	Nome	Data
	Carlos Mendes	17/02/2023

Assinatura	Nome	Data
	João Silva	18/02/2023

7 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para os devidos fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Buritis - MG, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que Impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos, na forma do Plano de Atendimento (Plano de Trabalho).

PEDE DEFERIMENTO,

Buritis - MG, 17 de Fevereiro de 2021.



Proponente: **Nayana Machado Lino**
Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Buritis/MG

8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

Buritis - MG, ____ de ____ de 2021.
Local e Data

Keny Soares Rodrigues
Prefeito Municipal



1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

ANEXO I**PLANO DE TRABALHO**

Nome da Entidade: Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG.

C.N.P.J. 20.213.286/0001-09

Registro da Atividade Principal: Atividade de Associação de Direitos Sociais.

Tipificação da entidade: Associação Privada/defesa de direitos Sociais

Endereço: Avenida Central, 685

E-mail: aciabcdimg@hotmail.com

Município: Buritis

U.F. MG

C.E.P 38660-000 Bairro: Centro

DDD/Tel. Fixo: (38)3662-1494

DDD/Tel. Cel.

Associação Comercial e Empresarial de Buritis

Banco 756

Agência

Conta Corrente: 63592

Sicoob Noroeste de
Minas

3179

Nome do Responsável: Nayana Machado Lino

RG: 12062177 SSP-MG

C.P.F. 052.009.656-83

Endereço: Rua Brasília, 215 – Bairro – Centro

CEP: 38.660-000

Município: Buritis-MG

Telefone: (38) 99845-5325

Cargo: Presidente

Função: Presidente

Início do Mandato: 01/01/2020

Término do Mandato: 31/12/2022

ANEXO
II

PLANO DE TRABALHO

Objetivo Geral: Avaliar o desempenho da equipe de trabalho no período de 2023 a 2024.

Objetivo Específico: Identificar as principais dificuldades enfrentadas pela equipe e propor soluções para melhorá-las.

Justificativa: A avaliação de desempenho é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua da organização.

Metodologia: A pesquisa será realizada por meio de entrevistas individuais e coletivas, bem como a análise de documentos.

Amostra: A amostra será composta por todos os membros da equipe de trabalho.

Instrumentos: Os instrumentos utilizados serão questionários, entrevistas e análise documental.

Procedimentos: O processo de avaliação será dividido em etapas de planejamento, coleta de dados, análise e interpretação dos resultados.

Resultados Esperados: Espera-se obter informações valiosas sobre o desempenho da equipe e identificar áreas para melhoria.

Limitações: A principal limitação é a subjetividade das avaliações, que podem ser influenciadas por vieses pessoais.

Referências: A pesquisa será baseada em fontes confiáveis, como livros, artigos e documentos internos.

Conclusão: A avaliação de desempenho é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua da organização.

Assinatura do Pesquisador: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliado: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliador: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliado: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliador: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliado: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliador: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliado: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliador: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Assinatura do Avaliado: [Assinatura]

Data: [Data]

Local: [Local]

Nome do Responsável: Lêda Sineia Soares	
RG:MG-17.865.473	
C.P.F. 114.872.686-10	
Telefone: (38) 99966-1505	
Formação Profissional: Pedagogia	Função na Entidade: Auxiliar Administrativo
Email: <u>ledasoaes2012@bol.com.br</u>	

- I. Sustentar e defender, perante os poderes públicos e onde quer que se faça necessário, os direitos, interesses e reivindicações de seus associados;
- II. Promover, por todos os meios ao seu alcance a perfeita união e solidariedade entre os seus associados;
- III. Lutar pelo desenvolvimento e a prosperidade do comércio, e da prestação de serviços do seu município;

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

01: Apoio a prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unai MG.

02. Recolhimento de ossos.

Mensalidades de sócios, consultas de nada consta, realização de Promoções (campanhas, cursos palestras e eventos).

A infraestrutura da entidade é composta por um espaço físico sala comercial alugada. Onde os diretores se reúnem para eventuais reuniões e os colaboradores desenvolvem

[Handwritten signatures and initials]

Form with multiple sections and fields, including a header area with text like "Form No. 100-100-100" and several rows of data entry fields.

1. The purpose of this document is to provide information regarding the activities of the organization during the period from January 1, 1970, to December 31, 1970.

2. The information contained herein is confidential and should be handled accordingly.

3. The information contained herein is confidential and should be handled accordingly.

suas atividades.

01. Apoio a prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unai MG.

02. Recolhimento de ossos de bovinos dos açougues e supermercados de Buritis-MG.

Proprietários de Açougues e Supermercados de Buritis-MG

A capacidade de atendimentos é de 25 açougues.

R\$56.250,00 (Cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais)

Qtde	Cargo	Formação	CH	Regime Trabalhista
01	Auxiliar Administrativo	Superior Completo	40h	CLT

Garantia aos proprietários de açougues o transporte dos bovinos e o recolhimentos dos ossos.

A Associação Comercial e Empresarial de Buritis, sigla: ACE, fundada em 07/08/1987 e foro jurídico na comarca de Buritis – MG é uma entidade sem fins lucrativos, de prazo e duração indeterminado, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável. No momento necessita de dar suporte e apoio os comerciantes proprietários de açougues para transportarem os bovinos para o abate em Unai e também apoio no processo de recolhimento dos ossos dos bovinos nos açougues da nossa cidade.

Proporcionar aos açougueiros e proprietários de supermercados o transporte dos bovinos para abate de forma correta e proporcionar a população carnes de

X

ML

J. P. M.

b

[Redacted text block]

1. Agente o personal de servicio de transporte de pasajeros de línea aérea.

2. Personal de servicio de transporte de pasajeros de línea aérea.

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

Código	Descripción	Unidad
01	Agente de transporte	Hombre

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

qualidades com condições higiênicas adequadas.

Esse recurso será utilizado para pagamentos dos fretes para o transporte de bovinos e para pagamento de recolhimentos dos ossos bovinos.

4 – CRONOGRAMA

META	DESCRIÇÃO POR TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE	DATA	ESTIMATIVA DE CUSTO	
				VALOR UNIT/MENSAL	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG e recolhimento de ossos.	3	Março a Maio	R\$18.750,00	R\$56.250,00

5 - PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL/MENSAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
1	Prestação de serviços de transporte de animais para o município de Unaí MG e recolhimento de ossos.	R\$18.750,00		0,00
TOTAL GERAL		R\$	R\$	0,00

NATUREZA DA RECEITA	
1- RECURSOS GOVERNAMENTAIS	
1.1 Municipal	0,00
1.2 Estadual	0,00
1.3 Federal	0,00
1.4 Saúde	0,00
1.5 Educação	0,00
1.6 Cultura	0,00
1.7 Outros (Federação do Comercio)	352,00

usados con otros tipos de abonos

1. Fertilizante	2. Fertilizante	3. Fertilizante	4. Fertilizante	5. Fertilizante	6. Fertilizante	7. Fertilizante	8. Fertilizante	9. Fertilizante	10. Fertilizante
-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------

CRONOGRAMA

FECHA	DESCRIPCION DE LA ACTIVIDAD	FECHA	DESCRIPCION DE LA ACTIVIDAD
1. 1. 1970	1. 1. 1970	1. 1. 1970	1. 1. 1970
2. 1. 1970	2. 1. 1970	2. 1. 1970	2. 1. 1970
3. 1. 1970	3. 1. 1970	3. 1. 1970	3. 1. 1970
4. 1. 1970	4. 1. 1970	4. 1. 1970	4. 1. 1970
5. 1. 1970	5. 1. 1970	5. 1. 1970	5. 1. 1970
6. 1. 1970	6. 1. 1970	6. 1. 1970	6. 1. 1970
7. 1. 1970	7. 1. 1970	7. 1. 1970	7. 1. 1970
8. 1. 1970	8. 1. 1970	8. 1. 1970	8. 1. 1970
9. 1. 1970	9. 1. 1970	9. 1. 1970	9. 1. 1970
10. 1. 1970	10. 1. 1970	10. 1. 1970	10. 1. 1970

PLAN DE TRABAJO

FECHA	DESCRIPCION DE LA ACTIVIDAD	FECHA	DESCRIPCION DE LA ACTIVIDAD
1. 1. 1970	1. 1. 1970	1. 1. 1970	1. 1. 1970
2. 1. 1970	2. 1. 1970	2. 1. 1970	2. 1. 1970
3. 1. 1970	3. 1. 1970	3. 1. 1970	3. 1. 1970
4. 1. 1970	4. 1. 1970	4. 1. 1970	4. 1. 1970
5. 1. 1970	5. 1. 1970	5. 1. 1970	5. 1. 1970
6. 1. 1970	6. 1. 1970	6. 1. 1970	6. 1. 1970
7. 1. 1970	7. 1. 1970	7. 1. 1970	7. 1. 1970
8. 1. 1970	8. 1. 1970	8. 1. 1970	8. 1. 1970
9. 1. 1970	9. 1. 1970	9. 1. 1970	9. 1. 1970
10. 1. 1970	10. 1. 1970	10. 1. 1970	10. 1. 1970

RESUMEN DE TRABAJO

FECHA	DESCRIPCION DE LA ACTIVIDAD	FECHA	DESCRIPCION DE LA ACTIVIDAD
1. 1. 1970	1. 1. 1970	1. 1. 1970	1. 1. 1970
2. 1. 1970	2. 1. 1970	2. 1. 1970	2. 1. 1970
3. 1. 1970	3. 1. 1970	3. 1. 1970	3. 1. 1970
4. 1. 1970	4. 1. 1970	4. 1. 1970	4. 1. 1970
5. 1. 1970	5. 1. 1970	5. 1. 1970	5. 1. 1970
6. 1. 1970	6. 1. 1970	6. 1. 1970	6. 1. 1970
7. 1. 1970	7. 1. 1970	7. 1. 1970	7. 1. 1970
8. 1. 1970	8. 1. 1970	8. 1. 1970	8. 1. 1970
9. 1. 1970	9. 1. 1970	9. 1. 1970	9. 1. 1970
10. 1. 1970	10. 1. 1970	10. 1. 1970	10. 1. 1970

000019

SUBTOTAL 2	352,00
1- RECURSOS PROPRIOS	
1.1 Sócios	8.000,00
1.2 Eventos	10.000,00
1.3 Doações	0,00
1.4 Parceiros	0,00
SUBTOTAL 3	18.000,00
TOTAL GERAL	18.352,00

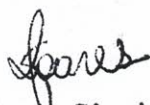


SUBTOTAL 2		
1- RECURSOS PROPIOS		
1.1 Socios		
1.2 Inversores		
1.3 Donaciones		
1.4 Préstamos		
SUBTOTAL 3		
TOTAL GRUPO		

ANEXO II

AVALIAÇÃO

A Associação Comercial e Empresarial pretende desenvolver esse plano de trabalho em todas as suas etapas com a intenção de promover e articular ações que apoiam e defendem os direitos e interesse dos comerciantes a fim de resultarem melhorias para o comercio e população de Buritis.



Leda Sineia Soares

Auxiliar Administrativo

RG: 17.865.473

Nayana Machado Lino
Presidente ACE/CDL



Nayana Machado Lino
Presidente da ACE/CDL

RG: 12.062.177

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

000000

ANEXO III

Ofício nº 08/2020

Buritis, 17 de Fevereiro de 2021

Em atenção ao Plano de Trabalho das Organizações da Sociedade Civil, advindo de Inexigibilidade de Chamamento Público, vimos à presença de Vossa Excelência para solicitar a liberação de recursos no valor de R\$56.250,00 (Cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais) para desenvolver os projetos da Associação Comercial para a consecução de finalidades de interesse público. O Termo de Colaboração será de extrema importância para a melhoria do Comércio da nossa Cidade. Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Nayana Machado Lino
Presidente ACE/CDL

Nayana Machado Lino

Presidente

Exmº Sr.
Keny Soares
Prefeito Municipal

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL

CDL



AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO

Buritis-MG, 15 de março de 2021.

Ao setor de Compras.

Autorizo o Repasse para prestação de serviços de transporte de animais e ossos bovinos e suínos, junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG, conforme constante do solicitação do processo desde que exista previsão e verba suficientes e consignadas no Orçamento Programa do Município, respeitados os limites fixados na lei de licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/93.


Prefeito Municipal



Presidência da República

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de Vigilância Epidemiológica

AUTORIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO

Processo nº 123456789

Em 10/10/2017

Autoriza-se a realização de investigação de surto de doença transmitida por alimentos, com o objetivo de identificar a fonte de contaminação e as medidas necessárias para a prevenção de novos casos. A investigação deverá ser conduzida de acordo com o plano de trabalho anexo e o relatório final deverá ser encaminhado para a autoridade competente para análise e decisão.

Assinatura



DECLARAÇÃO

Na qualidade de ordenador de despesas, declaro que o presente gasto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é abrangido por crédito genérico, dispõe de suficiente dotação e que a soma de todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não ultrapassam os limites estabelecidos para o exercício, conforme art.16, parágrafo 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101, 04/05/200 (LRF).

Buritis – MG, 15 de março de 2021.


Prefeito Municipal



Presidência da República

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde

Coordenação de Prevenção e Vigilância

Relatório

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados das atividades realizadas durante o período de 01/01/2023 a 31/12/2023, sob a supervisão da Coordenação de Prevenção e Vigilância. O documento está organizado em seções que abordam a gestão, a execução das atividades e os resultados alcançados.

Assinatura: _____

Nome: _____

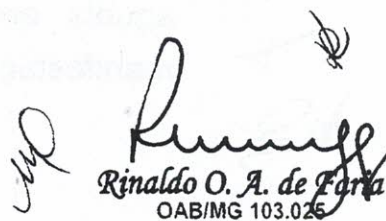


**MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
– MROSC. PARECER JURÍDICO REFERENCIAL. DIREITO
ADMINISTRATIVO. TERMO DE FOMENTO. LEI Nº 13.019, DE 31 DE
JULHO DE 2014. DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016.
POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CELEBRAÇÃO.**

RINALDO O. A. DE FARIA

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Assessoria Jurídica, em cumprimento ao disposto no inciso VI, do art. 35, da Lei nº 13.019, de 31 de julho 2014, para análise e parecer acerca de minuta de Termo de Fomento posto a celebrar entre o Município de Buritis – MG e a **Associação Comercial e Empresarial de Buritis – MG.**
2. Preliminarmente, importa registrar que o presente parecer constitui manifestação jurídica referencial, nos termos da legislação regente. Dessa forma, a análise jurídica desenvolvida neste parecer, assim como suas recomendações, serão adotadas nos processos relativos à celebração de Termo de Fomento para a plena consecução do objeto almejado que é o suporte financeiro ao serviço de transporte de animais para o município de Unaí – MG para abate, assim como de coleta, transporte, destinação final de ossos bovinos junto aos açougues e supermercados instalados em Buritis - MG.


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.026
Assessor Jurídico



3. O processo administrativo em comento foi exibido com o Parecer Técnico da Comissão Técnica nº 03.2021, que promove avaliações deste cariz, entregue nesta unidade administrativa no dia 22.02.2021.

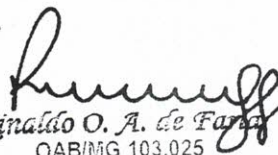
II – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

3. Registre-se, de início, que o presente pronunciamento cinge-se, exclusivamente, à análise da Minuta do Termo de Fomento, não cabendo a este consultivo fazer ponderações relativas aos atos anteriores praticados.

4. Impende destacar, ademais, que se trata de pronunciamento restrito às questões eminentemente jurídicas, portanto, estão excluídos da análise os aspectos de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa, bem como os aspectos referentes à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são de responsabilidade das demais unidades administrativas desta Municipalidade.

5. Em relação aos aspectos de natureza técnica alheios à seara jurídica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente, verificando a exatidão das informações constantes dos autos e atuando em conformidade com suas atribuições.

6. Ressalte-se, por fim, que as manifestações desta Assessoria Jurídica possuem natureza opinativa e, portanto, não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária àquela emanada no presente pronunciamento. Ou seja, a presente manifestação tem natureza obrigatória, porém não vinculante.


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



7. Apresentadas essas considerações preliminares, passa-se ao exame da questão.

III – FUNDAMENTAÇÃO

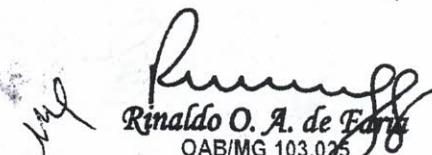
Da natureza jurídica do acordo proposto

8. As parcerias firmadas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil são regidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterado pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, o qual fora regulamentado pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

9. Nos termos da referida lei, a parceria é considerada um conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações advindas de uma relação jurídica formalmente constituída entre a administração pública e a organização da sociedade civil. O inciso III do art. 2º prevê que o objetivo desta relação jurídica é a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, conforme previsto do instrumento celebrado.

10. Assim, verifica-se que a natureza jurídica desta parceria é contratual, uma relação sinalagmática. Ainda que sob a égide de interesses públicos, o que indica um interesse comum entre ambos, a parceria envolve ainda finalidades recíprocas.

11. A Lei nº 13.019, de 2014, define ainda no inciso I do art. 2º o que se considera como organização da sociedade civil, a qual firmará a parceria através dos três instrumentos constantes da norma, o termo de


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



colaboração, termo de fomento e o acordo de cooperação. O inciso I, do art. 2º assim prevê:

"Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.


Rinaldo O. A. de F.
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;"

12. Por outro lado, a administração pública compreende a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista prestadoras de serviço público, além de suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no parágrafo 9º do art. 37 da Constituição Federal.

13. Desta feita, as parcerias celebradas entre organização da sociedade civil e administração pública que atendam as especificidades acima apontadas, ensejarão a aplicação da Lei nº 13.019 de 2014, salvo nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei.

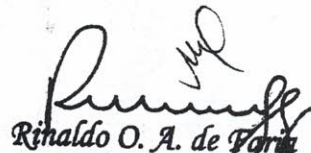
14. O art. 3º excetua a aplicabilidade da Lei nº 13.019 de 2014 nos seguintes casos:

"Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:

I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições específicas dos tratados, acordos e convenções internacionais conflitam com esta Lei;

II - (revogado);

III - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os


Rinaldo O. A. de Faria
QAB/MG 103.025



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



requisitos previstos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

IV - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal;

V - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do art. 9º da Lei no 13.018, de 22 de julho de 2014;

VI - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei no 9.790, de 23 de março de 1999;

VII - às transferências referidas no art. 2º da Lei no 10.845, de 5 de março de 2004, e nos arts. 5º e 22 da Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009;

VIII - (VETADO);

IX - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

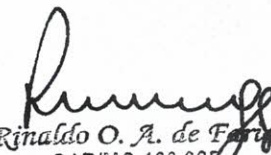
a) membros de Poder ou do Ministério Público;

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

c) pessoas jurídicas de direito público interno;

d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

X - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos."


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



15. Além das hipóteses de afastamento da aplicação da Lei nº 13.019, de 2014, constantes do art. 3º, o art. 41 do mesmo diploma legal ressalva também a aplicabilidade na hipótese do parágrafo único do art. 84. O art. 84 prevê que as regras dispostas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não se aplicam às parcerias regidas pela Lei nº 13.019 de 2014.

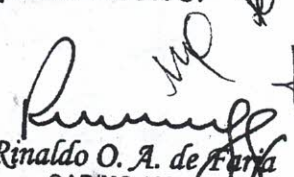
16. Dessa forma, o marco legal que regulamenta as parcerias firmadas entre organizações da sociedade civil e a administração pública afasta expressamente o regramento da Lei nº 8.666 de 1993.

17. No caso concreto, verifica-se que as partes pactuantes se enquadram nas previsões do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, não estando presente qualquer hipótese que exclua a incidência da lei em apreço. Nesse contexto, parece a esta Assessoria Jurídica que o instrumento jurídico adequado à formalização da avença é o Termo de Colaboração, nos termos do art. 2º, VII, da Lei nº 13.019 de 2014.

18. Alerta-se, por oportuno, que o uso de instrumento diverso do mais adequado, dentre aqueles criados pela Lei nº 13.019 de 2014, não pode ser considerado mero erro de forma, uma vez que os regramentos de um e outro são diversos. Para a autoridade que empregou o meio diverso para formalizar o ajuste, pode exsurgir responsabilidade nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, arts. 10, inciso II, ou 11, inciso I.

Do instrumento jurídico proposto

19. A parceria firmada entre organizações da sociedade civil e a administração pública, sob a égide da Lei nº 13.019 de 2014, pode ocorrer


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



por meio de três instrumentos: **termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação.**

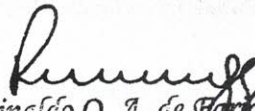
20. Os três instrumentos estão previstos no art. 1º do diploma legal e têm seus conceitos expressamente indicados nos incisos VII, VIII e VIII-A do art. 2º.

21. Preliminarmente, diferenciam-se os termos de colaboração e de fomento do acordo de cooperação. Enquanto este deve ser utilizado para as parcerias em que não houver a transferência de recursos financeiros, os demais instrumentos possuem viés econômico. Dessa forma, alguns dispositivos relativos a recursos serão inaplicáveis nos casos em que o instrumento for acordo de cooperação.

22. O termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas parcerias entre organizações da sociedade civil e administração pública cuja finalidade é a consecução de políticas públicas de autoria da própria administração.

23. Por outro lado, o termo de fomento é o instrumento indicado para a consecução de políticas públicas de autoria da sociedade civil, seja por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, instrumento instituído pela lei para propositura de políticas públicas pelas organizações da sociedade civil, ou por qualquer outro meio.

24. Dessa forma, o elemento diferenciador dos termos de colaboração e fomento e o acordo de cooperação é a existência ou não de transferência de recursos financeiros. Após, verificando-se a presença de transferência de recursos, analisa-se a iniciativa da proposta dos autos para que se


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



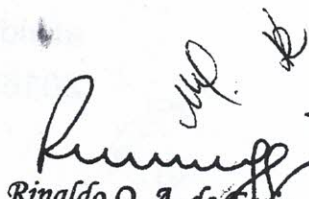
identifique se o instrumento adequado é o termo de colaboração ou o termo de fomento.

25. Veja-se, portanto, que a diferenciação jurídica entre ambos os instrumentos está lastreada essencialmente na autoria do projeto. Assim, os projetos desenvolvidos ou criados pela própria Organização da Sociedade Civil - OSC poderão ensejar a celebração de Termos de Fomento. Já os projetos parametrizados pela Administração Pública Federal e executados pela Organização da Sociedade Civil em estrita conformidade àqueles parâmetros constituirão termo de colaboração.

26. Anote-se, desde logo, outra diferença fundamental entre ambos os instrumentos, já que o Decreto expressamente restringiu o desenvolvimento de atividades para os termos de colaboração. A definição do que se considera projeto ou atividade consta do art. 2º da Lei, que assim os distingue:

“III-A - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

III-B - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)”


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro, CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



27. Fundamentalmente, a atividade distinguir-se-á do projeto pela sua permanência no tempo, e pela necessidade de sua consecução para a satisfação de interesses compartilhados entre administração pública e sociedade civil. Neste caso, tratando-se de ação de execução obrigatória para satisfação de interesse público e social de natureza contínua ou permanente, sua execução dar-se-á por iniciativa da própria Administração Pública, cabendo à Organização da Sociedade Civil eleita para sua execução fazê-lo em estrita observância aos parâmetros pré-estabelecidos pelo ente municipal.

28. Assim, tratando-se de atividade, dúvida inexistente quanto ao instrumento a ser utilizado, excluindo expressamente a legislação a possibilidade de celebração de termo de fomento na hipótese. Tratando-se, por outro lado, de projeto, a diferenciação jurídica aludida apóia-se na autoria como forma de definir a espécie de instrumento a ser utilizado. Assim, havendo já definição clara da administração quanto aos resultados que pretende alcançar, parâmetros consolidados, indicadores e formas de avaliação conhecidos - em regra integrados em programas pré-estabelecidos - o termo de colaboração será o instrumento adequado. No caso, porém, de inexistir resultados ou parâmetros previamente ordenados, deixando-se à iniciativa das próprias organizações - e à sua criatividade e capacidade de inovação - a prerrogativa de apresentar a proposta de trabalho para avaliação da Administração (respeitado o objeto previamente estabelecido), o instrumento adequado é o termo de fomento.

29. No caso concreto, verifica-se que o Projeto Básico restringe o objeto a ser executado em "projetos". Importa registrar nesse ponto que o instrumento que se pretende celebrar não pode prever a execução de atividades, conforme consta na distinção prevista no Decreto nº 8.726, de 2016:


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



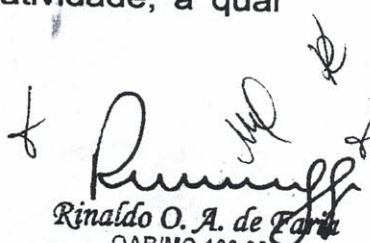
"Art. 2º As parcerias entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de:

- I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou**
- II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.**

§ 1º O termo de fomento será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

§ 2º O termo de colaboração será adotado para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da administração pública federal, com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas pela administração pública federal."

30. Observa-se, portanto, que o instrumento eleito não pode veicular atividades a serem desenvolvidas. O projeto, no presente caso, tem duração de 10 (dez) meses e realização de operações específicas nos locais indicados, ou seja, não se propõe a sua continuação por prazo indeterminado. Do contrário estaríamos diante de uma atividade, a qual não cabe dentro do instrumento ora proposto.


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



31. Ademais, outro fator determinante na definição do instrumento mais adequado é a concepção do plano de trabalho. Veja que o Edital apenas define as "linhas de interesse" da Administração Pública, deixando a cargo da Organização da Sociedade Civil a concepção do plano de trabalho, do projeto a ser executado. Por outro lado o Edital é expresso na sua intenção de selecionar projetos voltados à execução de programas no âmbito das políticas públicas assistenciais, educacionais e de desenvolvimento local e regional.

32. Diante o exposto, entende-se que o instrumento cabível é o Termo de Fomento.

Do plano de trabalho

33. O plano de trabalho é parte integrante e indissociável do termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, nos termos do parágrafo único do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014.

34. São cláusulas essenciais do plano de trabalho:

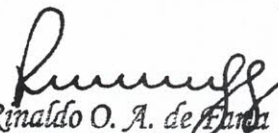
"Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV -(revogado);


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



- V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35;**
- VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;**
- VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;**
- VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;**
- IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;**
- X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;**
- XI - (revogado);**
- XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;**
- XIII - (revogado);**
- XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51;**
- XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas**



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVIII - (revogado);

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da

Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução."

35. Nos casos em que a parceria se der por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, deve o plano de trabalho conter ainda as seguintes exigências contidas no art. 22 da Lei:

"Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

II-A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas."

36. Observadas as exigências acima expostas, deve a Área Técnica aprovar expressamente o plano de trabalho constante dos autos, não

Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.026



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3562 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



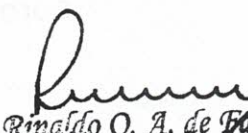
sendo suficiente a mera menção da presença do documento em sua manifestação, assim prevê o artigo 35, inciso IV, da Lei nº 13.019 de 2014, por ser a aprovação do plano de trabalho requisito para celebração e formalização do instrumento.

37. O plano de trabalho poderá ainda ser revisto para alteração de valores ou metas através de termo aditivo ou apostilamento do plano de trabalho original. Todavia, entende-se que tal alteração não pode culminar na modificação do objeto da parceria, o que deve ser analisado pela Área Técnica em sua manifestação.

38. O plano de trabalho constitui importante documento para acompanhamento na formalização e execução da parceria, devendo apresentar informações suficientes para tanto. Deve apresentar de forma clara e objetiva as atividades, as metas, os objetivos, os recursos envolvidos na execução do objeto, bem como as demais informações necessárias à prestação de contas e monitoramento pela Administração Pública.

39. Cumpre destacar ainda que a não observância do plano de trabalho poderá ensejar, garantido o contraditório e a ampla defesa, sanções à organização da sociedade civil pela Administração Pública. São elas:

"Art. 73. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)


Rinaldo O. A. de F.
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



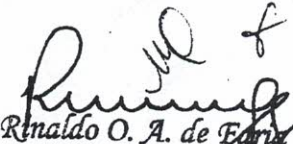
I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Ministro de Estado ou de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025



aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

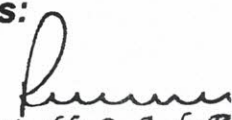
§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração."

Dos requisitos para celebração

40. O Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, prevê que além do plano de trabalho, a organização da sociedade civil deve ainda comprovar no prazo de quinze dias a partir da sua convocação pela Administração Pública, o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34, todos da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei.

41. Assim prevê o caput do art. 26 do Decreto nº 8.726, de 2016, o qual dispõe ainda, em seus incisos, a forma pela qual devem ser comprovados tais requisitos:

"Art. 26. Além da apresentação do plano de trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de que trata o caput do art. 25, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:


Rinaldo O. A. de F.
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



- I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;**
- II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;**
- III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:**
- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;**
 - b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;**
 - c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;**
 - d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;**
 - e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou**



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

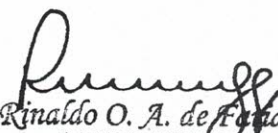
V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

VIII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento; e

X - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

§ 1º A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

§ 2º Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VI do caput, as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º A critério da organização da sociedade civil, os documentos previstos nos incisos IV e V do caput poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

§ 4º As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que

Rinaldo O. A. de Faria
Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor



tratam os incisos IV a VI do caput que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

§ 5º A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver."

42. Tratam-se de documentos indispensáveis que devem ser acostados aos autos previamente à celebração do Termo de Fomento, sob pena de não chancela deste Órgão Jurídico.

43. Além dos requisitos acima expostos, o art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, exige, ainda, a apresentação de documentos relacionados aos integrantes que compõem o quadro da organização da sociedade civil. O aludido dispositivo assim prevê:

"Art. 27. Além dos documentos relacionados no art. 26, a organização da sociedade civil, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o caput do art. 25, declaração de que:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;



II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;**
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e**
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.**

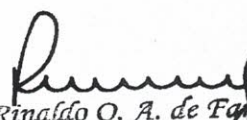


§ 1º Para fins deste Decreto, entende-se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

§ 2º Para fins deste Decreto, não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas."

44. Ressalta-se, por oportuno, que incumbe à Área Técnica a adequada e integral instrução processual, sendo de sua competência exclusiva a verificação dos requisitos de regularidade fiscal acima mencionados, providenciando junto ao proponente a apresentação dos documentos/certidões faltantes e atestando estarem preenchidos todos os requisitos legais necessários, após exame detido da documentação e certidões coligidas aos autos, sobretudo no que concerne à regularidade e validade.

45. Quanto à existência de causa impeditiva para celebração da parceria, esta deve ser objeto de análise pela Área Técnica, cabendo à Organização da Sociedade Civil juntar nos autos toda documentação que comprove a não incidência nas hipóteses de impedimento, de modo a viabilizar a análise para elaboração do parecer técnico.


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



Do chamamento público

46. O chamamento público é o procedimento por meio do qual a organização da sociedade civil é selecionada para firmar parceria através do termo de fomento ou termo de colaboração.

47. Busca-se a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais princípios a estes correlatos.

48. O art. 23 da Lei nº 13.019 de 2014 indica as características a serem observadas na formação dos critérios de avaliação:

“Art. 23. A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista nesta Lei.

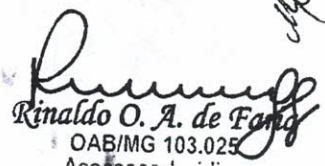
Parágrafo único. Sempre que possível, a administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características:

I - objetos;

II - metas;

III - (revogado);

IV - custos;


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



V - (revogado);

VI - indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados."

49. O objetivo primeiro do chamamento público será selecionar a organização da sociedade civil que torne mais eficaz a execução do objeto, além da observância dos demais princípios e requisitos.

50. Deve constar no edital de chamamento público: a) programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; b) objeto da parceria; c) as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; d) as datas e os critérios de seleção e julgamentos das propostas (metodologia de pontuação e peso atribuído a cada critério); e) valor previsto para realização do objeto; f) condições para interposição de recurso administrativo; g) minuta do instrumento da parceria; e, por fim, h) medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e idosos, quando necessário.

51. No que diz respeito à contrapartida, a Lei nº 13.019 de 2014 dispõe:

"Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

§ 1º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente

Rinaldo O. A. de Paiva
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico



identificada no termo de colaboração ou de fomento."

52. O Decreto nº 8.726 de 2016 por sua vez prevê:

"Art. 12. É facultada a exigência justificada de contrapartida em bens e serviços, cuja expressão monetária será identificada no termo de fomento ou de colaboração, não podendo ser exigido o depósito do valor correspondente.

Parágrafo único. Não será exigida contrapartida quando o valor global da parceria for igual ou inferior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)."

53. Da leitura da legislação acima colacionada resulta que a exigência de contrapartida deve ser justificada e é facultada nos casos em que o valor global da parceria for superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

54. Na hipótese destes autos, o Termo de Fomento acostado não prevê a prestação de contrapartida.

IV - DA PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

55. No caso em tela, trata-se de utilização da manifestação jurídica referencial exclusivamente para o Termo de Fomento passível de celebração no âmbito do Edital de Chamada Pública vigente.

Rinaldo O. A. de Faria
Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.026
Assessor Jurídico



Prefeitura de Buritis

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br



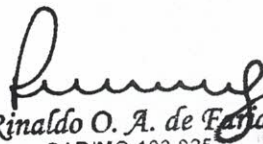
56. O presente parecer, portanto, constituirá a orientação jurídica completa e necessária à celebração do Termo de Fomento, desde que amoldados ao caso concreto. Dessa forma, o ateste pela área técnica é imprescindível quanto à adequação do caso aos termos da presente manifestação referencial. Tal ateste deve constar de forma expressa na Nota ou Parecer Técnico.

57. Verifica-se, assim, que o presente Parecer se enquadra no conceito de manifestação jurídica referencial, por conter todas as recomendações jurídicas necessárias à celebração do instrumento.

58. Lado outro, quanto ao requisito da atividade jurídica como mera verificação de atendimento aos requisitos legais a partir da conferência de documentos, entende-se que, no presente caso, os principais pontos a serem atendidos para celebração do instrumento dependem de verificação e ateste pela área técnica de questões de ordem fática ou meramente documentais, ou seja, são matéria de ordem técnica, sob a qual este órgão jurídico sequer pode adentrar o mérito, cuja atividade jurídica se limita à verificação da existência de manifestação técnica sobre o tema nos termos minimamente necessários.

59. Entende-se, portanto, que o trabalho desenvolvido por este órgão jurídico na verificação do atendimento das exigências legais mediante a conferência de documentos possui um caráter próprio de gestão, de responsabilidade exclusiva do administrador público.

X


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico

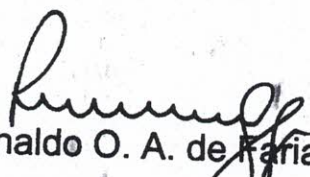


V – CONCLUSÃO

Ante o exposto, numa análise estritamente técnico-jurídica, opino pela viabilidade jurídica da subscrição da minuta de Termo de Fomento acostado aos autos, desde que sejam observadas, na íntegra, as recomendações e os condicionamentos delineados neste Parecer e sejam atendidas as exigências feitas no bojo desta manifestação, tudo sem prejuízo da leitura integral da presente manifestação, cuja inobservância implicará no declínio da chancela deste órgão jurídico.

É o nosso parecer, *sub censura*.

Buritis – MG, 05 de março de 2021.


Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG nº 103.025

Rinaldo O. A. de Faria
OAB/MG 103.025
Assessor Jurídico





Projeto de Lei

V - CONCLUSÃO

Ante a exposição, torna-se evidente a necessidade de se estabelecer um padrão mínimo de qualidade para os produtos de origem animal, visando à proteção da saúde pública e à preservação do meio ambiente. A presente proposta de lei tem por objetivo estabelecer normas técnicas para a produção e comercialização de produtos de origem animal, visando à garantia da qualidade e à segurança dos consumidores.

Declaro, portanto, que esta proposta de lei é necessária e urgente.

Assinatura do Autor da Proposta de Lei

Assinatura do Presidente da Comissão

Assinatura do Relator

Assinatura do Autor da Proposta de Lei



RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

Fica ratificada a Inexigibilidade, nos termos do Caput do Artigo 16 e 17, da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações:

PROCESSO Nº: 0053/2021.

INEXIGIBILIDADE Nº: 007/2021.

Objeto: Repasse para prestação de serviços de transporte de animais e ossos bovinos e suínos, junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG.

Contratado: Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG.

CNPJ sob Nº: 20.213.286/0001-09

Valor R\$: 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais)

Buritis – MG, 15 de março de 2021.



Prefeito de Buritis - MG

f *mo*



PRESTIÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 123456789
Data: 12/01/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Fazemos aqui a declaração de que a informação fornecida é verdadeira e correta.

Assinatura do Responsável: _____

Assinatura do Cliente: _____

Declaramos que a informação fornecida é verdadeira e correta, e que não há qualquer outro fato que possa alterar a mesma.

Assinatura do Responsável: _____

Assinatura do Cliente: _____

Assinatura do Responsável: _____

multa, "infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa".

§ 3º - Fica estabelecida a multa pecuniária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), mediante notificação prévia, ao munícipe que não cumprir a determinação de uso obrigatório de máscara, podendo ser caseiras, sempre que sair de casa.

Art. 7º - Fica determinado que, os cidadãos externos provenientes de outros Municípios, não deverão participar de movimentos públicos e/ou reuniões, encontros sociais, que resultem em aglomeração de pessoas, inclusive eventos esportivos, devendo permanecer em casa, objetivando a prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19

Art. 8º - Ficam mantidas as demais determinações constantes do Decreto Municipal nº. 09 de 11 de fevereiro de 2021, naquilo que não contrariar as disposições deste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - A Prefeitura Municipal de Brás Pires, através do setor de competente, procederá à fiscalização efetiva no âmbito deste Município, a fim de se fazer cumprir as determinações dispostas neste e nos demais Decretos já editados.

Art. 11 - O Poder Executivo promoverá ampla divulgação das medidas determinadas neste Decreto.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, no Órgão Oficial do Município.

Brás Pires, 12 de março de 2021.

DOMINGOS RIVELLI TEIXEIRA NOGUEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wesley de Souza Pereira
Código Identificador: D549BEE4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAUNAS

**DIVISAO DE MATERIAIS, PATRIMONIOS E SERVIÇOS
GERAIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAUNAS/MG. Extrato de Contrato Nº 024/2021. Ref: Dispensa. Processo Nº 005/2021. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços para coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos dos serviços de saúde em atendimento a solicitação da secretaria municipal de saúde. Contratado: AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS - LTDA. Valor global: R\$ 7.200 (sete mil e duzentos reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2021. Data: 27 de janeiro de 2021.

Publicado por:
Bruno Oliveira Gloria
Código Identificador: A7C6FC93

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BURITIS

**DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG -
INEXIGIBILIDADE Nº 006/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG - INEXIGIBILIDADE Nº 006/2021. O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, declara que haverá Inexigibilidade de Licitação, Para Repasse de Recurso (MROSC), do Lar São Vicente de Paulo, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos

reais), com fundamento no Art. 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.

KELLY FERREIRA DA CUNHA.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Sergio Augusto Vieira da Silva
Código Identificador: CD9BEA19

**DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG -
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 006/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG - RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 006/2021. O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, RATIFICA Inexigibilidade de Licitação nº 006/2021, Para Repasse de Recurso (MROSC), do Lar São Vicente de Paulo, CNPJ: 01.738.830/0002-64, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais). Despesas Ordenadas Pela Dotação Orçamentária Ficha: 861.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.

KENY SOARES RODRIGUES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sergio Augusto Vieira da Silva
Código Identificador: 99B29ADF

**DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG -
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2021**

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, declara que haverá Inexigibilidade de Licitação, para Repasse para prestação de serviços de transporte de animais e ossos bovinos e suínos, junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG, no valor de R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), com fundamento no Art. 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.

KELLY FERREIRA DA CUNHA.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Kelly Ferreira da Cunha
Código Identificador: A5EF2BB9

**DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG -
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 007/2021**

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, RATIFICA Inexigibilidade de Licitação nº 007/2021, Para para Repasse para prestação de serviços de transporte de animais e ossos bovinos e suínos, junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG CNPJ: 20.213.286/0001-09, no valor de R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais). Despesas Ordenadas Pela Dotação Orçamentária Ficha: 429.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.

KENY SOARES RODRIGUES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kelly Ferreira da Cunha
Código Identificador: 598D0926

**DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG -
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2021**

1. The first part of the report is a general statement of the purpose and scope of the study. It is followed by a brief review of the literature on the subject. The next section is a description of the methods used in the study. This is followed by a presentation of the results of the study. The final section is a discussion of the results and their implications.

2. The purpose of the study was to determine the effect of the independent variable on the dependent variable. The scope of the study was limited to the following conditions: (a) the subjects were all male college students; (b) the study was conducted in a laboratory setting; (c) the study was limited to the following variables: (1) the independent variable was the amount of time spent on the task; (2) the dependent variable was the number of errors made.

3. A review of the literature on the subject of the study was conducted. The following studies were found to be relevant to the study: (a) Smith (1965) found that the amount of time spent on the task was positively related to the number of errors made; (b) Jones (1967) found that the amount of time spent on the task was negatively related to the number of errors made; (c) Brown (1968) found that the amount of time spent on the task was not related to the number of errors made.

4. The methods used in the study were as follows: (a) the subjects were all male college students; (b) the study was conducted in a laboratory setting; (c) the study was limited to the following variables: (1) the independent variable was the amount of time spent on the task; (2) the dependent variable was the number of errors made.

5. The results of the study are as follows: (a) the amount of time spent on the task was positively related to the number of errors made; (b) the amount of time spent on the task was negatively related to the number of errors made; (c) the amount of time spent on the task was not related to the number of errors made.

6. The discussion of the results and their implications is as follows: (a) the results of the study support the hypothesis that the amount of time spent on the task is positively related to the number of errors made; (b) the results of the study support the hypothesis that the amount of time spent on the task is negatively related to the number of errors made; (c) the results of the study support the hypothesis that the amount of time spent on the task is not related to the number of errors made.

7. The first part of the report is a general statement of the purpose and scope of the study. It is followed by a brief review of the literature on the subject. The next section is a description of the methods used in the study. This is followed by a presentation of the results of the study. The final section is a discussion of the results and their implications.

8. The purpose of the study was to determine the effect of the independent variable on the dependent variable. The scope of the study was limited to the following conditions: (a) the subjects were all male college students; (b) the study was conducted in a laboratory setting; (c) the study was limited to the following variables: (1) the independent variable was the amount of time spent on the task; (2) the dependent variable was the number of errors made.

9. A review of the literature on the subject of the study was conducted. The following studies were found to be relevant to the study: (a) Smith (1965) found that the amount of time spent on the task was positively related to the number of errors made; (b) Jones (1967) found that the amount of time spent on the task was negatively related to the number of errors made; (c) Brown (1968) found that the amount of time spent on the task was not related to the number of errors made.

10. The methods used in the study were as follows: (a) the subjects were all male college students; (b) the study was conducted in a laboratory setting; (c) the study was limited to the following variables: (1) the independent variable was the amount of time spent on the task; (2) the dependent variable was the number of errors made.

11. The results of the study are as follows: (a) the amount of time spent on the task was positively related to the number of errors made; (b) the amount of time spent on the task was negatively related to the number of errors made; (c) the amount of time spent on the task was not related to the number of errors made.

12. The discussion of the results and their implications is as follows: (a) the results of the study support the hypothesis that the amount of time spent on the task is positively related to the number of errors made; (b) the results of the study support the hypothesis that the amount of time spent on the task is negatively related to the number of errors made; (c) the results of the study support the hypothesis that the amount of time spent on the task is not related to the number of errors made.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO ORIENTE

AVISO DE SUSPENSÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021

- Processo Licitatório nº 019/2021.

A Prefeitura Municipal de Belo Oriente Comunica a Suspensão da Chamada Pública nº 001/2021, cujo objeto é: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no exercício de 2021 e para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Assistência Social. A reabertura será publicada posteriormente nos meios de comunicação oficial.

Belo Oriente-MG, 15 de março de 2021.
TIAVA ALVES DA SILVA MATOS
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 039/2021. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. EMPRESA: Cooperativa de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado Mineiro; CNPJ/MF 34.825.408/0001-14 VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$271.670,25 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos e setenta reais e vinte e cinco centavos). Início: 11.03.2021. Vigência: 11.03.2022.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2021

Ratificação da Chamada Pública nº 003/2021
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar; empresa COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES E EXTRATIVISTAS DO CERRADO MINEIRO. CNPJ/MF 34.825.408/0001-14, valor total estimado: R\$271.670,25 (Duzentos e Setenta e Um Mil e Seiscentos e Setenta Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Bonfinópolis de Minas, 10 de março de 2021.
MANOEL DA COSTA UIMA
Prefeito

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2021

O Município de Bonfinópolis de Minas-MG torna público a realização de Processo Licitatório Nº 018/2021 - Pregão Eletrônico Nº 005/2021 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de produtos de panificadora, conforme edital. Início do Recebimento de propostas: 07h do dia 18/03/2021. Fim do Recebimento de propostas: 23h59min do dia 29/03/2021. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h00 (oito horas) do dia 30/03/2021. Informações Prefeitura ou pelo telefone: (38)3675-1121 ou pelo email: licitabonfinopolis@gmail.com.

PREGÃO Nº 7/2021

O Município de Bonfinópolis de Minas-MG torna público a realização do Processo 016/2021, Pregão Nº 007/2021 - Objeto: Contratação de Mão de obra para serviços da administração, conforme especificações contidas no edital. Sessão de recebimento de propostas e Julgamento: Dia 29/03/2021 às 08:00 horas. Informações Prefeitura ou pelo telefone: 0xx38-3675-1121 ou pelo email licitabonfinopolis@gmail.com.

PREGÃO Nº 8/2021

O Município de Bonfinópolis de Minas-MG torna público a realização do Processo 017/2021, Pregão Nº 008/2021 - Objeto: Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições de Massa Asfáltica - CBUQ, conforme especificações contidas no edital. Sessão de recebimento de propostas e Julgamento: Dia 29/03/2021 às 10:30 horas. Informações Prefeitura ou pelo telefone: 0xx38-3675-1121 ou pelo email licitabonfinopolis@gmail.com.

Bonfinópolis de Minas-MG, 15 de março de 2021.
NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2021

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, declara que haverá Inexigibilidade de Licitação, Para Repasse de Recurso (MROSC), do Lar São Vicente de Paulo, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), com fundamento no Art. 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.
KELLY FERREIRA DA CUNHA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2021

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, declara que haverá Inexigibilidade de Licitação, para Repasse para prestação de serviços de transporte de animais e ossos bovinos e suínos, junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG, no valor de R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), com fundamento no Art. 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.
KELLY FERREIRA DA CUNHA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2021

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, declara que haverá Inexigibilidade de Licitação, Para Repasse para aquisição de equipamentos de monitoramento de segurança para instalação no município, no valor de R\$ 62.059,00 (sessenta e dois mil, cinquenta e nove reais), com fundamento no Art. 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Buritis - MG, 15 de março de 2021.
KELLY FERREIRA DA CUNHA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE 15 DE MARÇO DE 2021

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 6/2021

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, RATIFICA Inexigibilidade de Licitação nº 006/2021, Para Repasse de Recurso (MROSC), do Lar São Vicente de Paulo, CNPJ: 01.738.830/0002-64, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais). Despesas Ordenadas Pela Dotação Orçamentária Ficha: 861.

KENY SOARES RODRIGUES

DESPACHO DE 15 DE MARÇO DE 2021

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 7/2021

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, RATIFICA Inexigibilidade de Licitação nº 007/2021, Para Repasse para prestação de serviços de transporte de animais e ossos bovinos e suínos, junto a Associação Comercial e Empresarial de Buritis-MG CNPJ: 20.213.286/0001-09, no valor de R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais). Despesas Ordenadas Pela Dotação Orçamentária Ficha: 429.

KENY SOARES RODRIGUES

DESPACHO DE 15 DE MARÇO DE 2021

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 8/2021

O Município de Buritis - MG, através do Prefeito Municipal, RATIFICA Inexigibilidade de Licitação nº 008/2021, Para Repasse para aquisição de equipamentos de monitoramento de segurança para instalação no município, CNPJ: 20.213.286/0001-09, no valor de R\$ R\$ 62.059,00 (sessenta e dois mil, cinquenta e nove reais). Despesas Ordenadas Pela Dotação Orçamentária Ficha: 152.

KENY SOARES RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

O Município de Caiana-MG, torna público nos termos das Leis Federais nº Lei 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 e suas alterações, por intermédio de seu pregoeiro, o P.L nº 018/2021, Pregão Presencial nº 011/2021 - R.P nº 011/2021, com abertura para o dia 31/03/2021 às 14:00 horas, Visando: Registro de preço para aquisição de retroescavadeiras em atendimento a Secretaria de Obras desta Municipalidade. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Rua Miguel Toledo, nº 106, centro, na cidade de Caiana- MG CEP: 36.832-000 pelo telefone (32) 3745-1049 ou através do site: www.caiana.mg.gov.br.

Caiana/MG, 12 de março de 2021.
MAURICIO PINHEIRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANÁPOLIS

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2021

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, através do Pregoeiro Municipal, torna público que fará realizar no dia 26 de março de 2021, às 13:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Canápolis, perante o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados, que fará aberto o processo licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, para a aquisição se faz necessário para atendimento do programa de fornecimento de fraldas geriátricas do município e ordem judicial para o menor Gabriel Barcelos Franco e outros e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O Edital com todas as exigências e condições encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário de 11:30 às 17:30h.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, através do Pregoeiro Municipal, torna público que fará realizar no dia 26 de março de 2021, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Canápolis, perante o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados, que fará aberto o processo licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis para abastecimento dos veículos de propriedade da Prefeitura Municipal de Canápolis durante o exercício de 2021. O Edital com todas as exigências e condições encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário de 11:30 às 17:30h.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, através do Pregoeiro Municipal, torna público que fará realizar no dia 26 de março de 2021, às 16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Canápolis, perante o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados, que fará aberto o processo licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para a Aquisição de patrulha mecanizada destinada a apoiar o desenvolvimento das atividades agrícolas do município, conforme Convênio MAPA - Convênio nº 907514/2020 e 908087/2020. O Edital com todas as exigências e condições encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário de 11:30 às 17:30h.

Canápolis, 15 de março de 2021.

WESLEY JUNIOR SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021

Município de Capinópolis-MG. Aviso do Pregão Eletrônico nº 012/2021, tipo menor preço por item. Licitação exclusiva p/ ME, EPP ou Equiparada. Objeto: Registro de Preços, para eventual e futura AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LEVES. Início da disputa do pregão eletrônico: 30/03/2021 às 13h00min. Edital nos sites: www.capinopolis.mg.gov.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo telefone: 034-263-0320.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021

Município de Capinópolis-MG. Aviso do Pregão Eletrônico nº 013/2021, tipo menor preço por item. Objeto: Registro de Preços, para eventual e futura LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO PARA USO DOMICILIAR, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Início da disputa do pregão eletrônico: 05/04/2021 às 13h00min. Edital nos sites: www.capinopolis.mg.gov.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo telefone: 034-263-0320.

Capinópolis-MG 15 de março de 2021.

LUCAS VICTOR SILVA E SOUZA
Pregoeiro

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000



Prefeitura Municipal de Buritis
Estado de Minas Gerais
TERMO DE FOMENTO Nº: 000073 / 2021

05.970123

PROCESSO Nº: 00053 / 2021 - MODALIDADE: Inexigibilidade Nº 000007 / 2021

Pelo presente instrumento particular parceria, mediante fomento, que celebram de um lado o Município de Buritis-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 18.125.146/0001-29 sediada na Avenida Bandeirantes, nº 723 - CEP-38.660-00, Bairro Centro esta cidade, neste ato representada pelo Prefeito em exercício o Sr. Keny Soares Rodrigues, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº 385.174.691-00 portador da Cédula de Identidade - RG, nº 1.037.630 SSP/DF, neste ato denominado simplesmente 1º PARCEIRO, e a Associação Comercial e Empresarial de Buritis, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 20.213.286/0001-09 Avenida Bandeirantes, nº 357, Centro, Buritis - MG, representada por sua Presidente, a senhora **Nayana Machado Lino**, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF sob o nº 052.009.656-83, residente e domiciliado nesta cidade de Buritis-MG, sito a Rua Brasília, nº 215, bairro Centro, doravante denominada simplesmente 2º PARCEIRO, firmam o presente CONVÊNIO que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente termo consiste em fomento para prestação de serviços de coleta, transporte, destinação final de ossos bovinos e suínos e serviços de transporte de animais para abate no frigorífico no Município de Unaí-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1º PARCEIRO

a) cumprir e fazer cumprir as obrigações ora pactuadas por si ou por seus prepostos e/ou voluntários, respondendo solidariamente por qualquer descumprimento das obrigações constantes do Termo de colaboração, constatado durante vigência do mesmo, sendo que primordialmente compete, repassar recursos financeiros a guisa de apoio aos serviços de coleta, transporte de animais para abate no frigorífico no Município de Unaí-MG.

2º PARCEIRO

- a) aplicar os recursos recebidos na conformidade do Plano de Trabalho;
- b) assegurar-se da exatidão e veracidade das informações e dados apresentados ao 1º Parceiro;
- c) prestar contas da aplicação dos recursos no prazo de até 15 (quinze) dias após a aplicação, nos termos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES ENVOLVIDOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) O 1º Parceiro repassará a título de contribuição/subvenção o importe de **R\$ 28.125,00 (vinte e oito mil, cento e vinte e cinco reais) por mês**, pelo prazo de 60 dias, totalizando o valor global de **R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais)**, conforme o Plano de Trabalho.

b) As despesas correrão à conta de dotações orçamentárias específicas, a saber: 02.07.01.04.122.0003.2249-3.3.50.4100. Ficha 429 Fonte 100.

[illegible]



**Prefeitura Municipal de Buritis
Estado de Minas Gerais**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este termo terá sua vigência a contar de **15 de Março de 2021 a 15 de Maio de 2021**.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Presente outras hipóteses específicas de rescisão e suas consequências, o presente acordo também poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer época, independentemente de quaisquer outras formalidades, desde que a outra parte seja notificada por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, na hipótese de inadimplência ou infração de alguma das partes de qualquer das cláusulas deste acordo. Em caso de notificação para sanar mora ou infração, haverá prazo mínimo de 15 (quinze) dias para as providências sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA – DA MODIFICAÇÃO

Este convênio poderá ser modificado através de termo aditivo ou simples apostila, de comum acordo entre os parceiros, desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional, em função deste Convênio, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do 1º Parceiro.

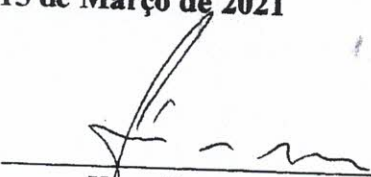
Parágrafo Único- Fica vedado às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste termo de parceria, nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Buritis-MG para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste instrumento.

Para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se este instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também subscrevem.

Buritis - MG, 15 de Março de 2021



Keny Soares Rodrigues
Prefeito Municipal
Contratante



Associação Comercial e Empresarial de Buritis



ЦЕЛЮС НАСТАВНИКА - НАСТАВНИК

Важнейшая задача учителя - это формирование у учащихся способности к самостоятельному приобретению новых знаний и умений в условиях растущей неопределенности. Учитель должен быть не только источником знаний, но и организатором учебной деятельности, способствующей развитию личности ученика.

ЦЕЛЮС НАСТАВНИКА - НАСТАВНИК

Учитель должен быть не только источником знаний, но и организатором учебной деятельности, способствующей развитию личности ученика.

ЦЕЛЮС НАСТАВНИКА - НАСТАВНИК

Учитель должен быть не только источником знаний, но и организатором учебной деятельности, способствующей развитию личности ученика.

ЦЕЛЮС НАСТАВНИКА - НАСТАВНИК

Учитель должен быть не только источником знаний, но и организатором учебной деятельности, способствующей развитию личности ученика.

Министр образования и науки
Республики Беларусь

Министр образования и науки
Республики Беларусь

Министр образования и науки
Республики Беларусь

Министр образования и науки
Республики Беларусь

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
05/04/2021 - AUTOATENDIMENTO - 09.15.43
1330701330 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

COMPROVANTE DE

TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL

CLIENTE: PM BURITIS -ICS

AGENCIA: 1330-7 CONTA: 20.812-4

=====

FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA

REMETENTE : PM BURITIS -ICS

BANCO: 756 - BANCO COOPERATIVO SICOOB SA BANCO S

AGENCIA: 3179-8 - SICOOB NOROESTE DE MINAS

CONTA: 6.359-2

FAVORECIDO: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL

CPF/CNPJ: 20.213.286/0001-09

VALOR: R\$ 28.125,00

DEBITO EM: 01/04/2021

=====

DOCUMENTO: 040102

AUTENTICACAO SISBB: 9.CC6.7D0.C5F.42D.F39

STATE OF NEW YORK
IN SENATE
January 12, 1909.
REPORT
OF THE
COMMISSIONER OF THE LAND OFFICE
IN RESPONSE TO A RESOLUTION
PASSED BY THE SENATE
MAY 12, 1908.
ALBANY: JAMES BRADY, STATE PRINTER.
1909.

RECEIVED
JAN 13 1909
STATE OF NEW YORK
LAND OFFICE